



HINGÁ 14!

Revista do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul 14ª Região – Ano 02 – 2023

PSICOLOGIA E TERRITÓRIOS: diálogos democráticos

Psicoterapia online e as
fronteiras do território
digital no atendimento
psicológico
pág. 6

Ocupações e Resistência:
A Psicologia Social
Comunitária como
um território
pág. 15

Avaliação Psicológica no
MS: Percepções dos
desafios da prática
profissional
pág. 18

Hingá! é uma publicação anual do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região - CRP14/MS.
Versão online no site:
www.crpms.org.br
Distribuição gratuita às (aos) psicólogas (os) inscritas (os) no CRP14/MS

Ano 2, Edição N.02 - 2023

EXPEDIENTE

COORD. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Renato Martins de Lima (CRP14/07199-0)

COMISSÃO EDITORIAL

Camilla Fernandes Marques (CRP14/05662-7)
Gabriela Pereira da Silva (CRP14/08722-7)
Gabrielle de Souza Sanches (CRP14/08482-7)
Giovana Barbieri Galeano (CRP14/09016-3)
Krisley Amorim de Araujo (CRP14/08060-9)
Rebeca de Lima Pompilio (CRP14/08434-5)
Renan da Cunha Soares Junior (CRP14/02715-9)
Renato Martins de Lima (CRP14/07199-0)

REVISÃO

Dáfini Lisboa
Nichole Munaro
Débora Xavier

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Lívia Loureiro | Tikinet
Imagens: arquivo do CRP14/MS
Impressão: RB Gráfica

CRP14/MS

Av. Fernando Corrêa da Costa, 2044
Cep.: 79.004-311 | Campo Grande / MS
Horário de Funcionamento:
Segunda à Sexta – das 08h às 17h

CANAIS INSTITUCIONAIS

www.crpms.org.br
IG: @crp14ms
www.facebook.com/crp14ms
www.youtube.com/c/CRP14MS

CONTATOS:

(67) 3382.4801
(67) 99123.7759
contato@crpms.org.br

CREPOP: (67) 9123-7762 - crepop@crpms.org.br
COE: (67) 9182-0104 - coe@crpms.org.br
COF: fiscal@crpms.org.br

HINGÁ14!, o nome do nosso anuário tem origem na língua indígena terena e significa “vamos!”.

A língua terena é falada no Brasil por cerca de 15.000 indivíduos. É considerada uma língua aruaque, pertencente ao subgrupo maipureano. Muitos de seus falantes têm pouca proficiência no idioma português; 20% são alfabetizados em seu próprio idioma, e 80% no português. É falada principalmente no Estado do Mato Grosso do Sul, especialmente nos municípios de Aquidauana, Miranda, Nioaque, Sidrolândia, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti; também se encontram falantes do terena em Porto Murtinho, na terra indígena dos cadiués, em Dourados, na terra indígena guarani-kaiowá, e em São Paulo, no Posto Araribá, perto de Avaí e Bauru. A língua terena tem um dicionário e gramática escritos.

SUMÁRIO

4	X Plenário - CRP14/MS
5	Editorial
6	Fronteiras do território digital no atendimento Psicológico
7	A Implantação da Lei 13.935/19 em Mato Grosso do Sul
8	A atuação da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: compromisso com o território
9	Atividades institucionais junto aos Povos Indígenas e o projeto de construção da referência técnica regional
10	Psicologia do Esporte: um diálogo com a cidadania e o social
11	A Psicologia Hospitalar e da Saúde no enfrentamento a pandemia de COVID-19
13	Ocupações e Resistências: A Psicologia Social Comunitária como um território
14	O espaço público como direito de todas as pessoas: o desenho das cidades brasileiras favorece o pertencimento igualitário para pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas?
15	A Psicologia Organizacional e do Trabalho em Mato Grosso do Sul: atuação e contextos de trabalho
16	Avaliação Psicológica no Mato Grosso do Sul: Percepções dos desafios da prática profissional
18	A importância da Terapia de Afirmação de Gênero para a saúde mental de pessoas transgênero
19	A construção do livro História e Memória Institucional da Psicologia em Mato Grosso do Sul - Volume I e a importância de registros históricos do Estado
20	As alianças democráticas da Psicologia nas lutas antirracistas
21	CREPOP: Território de produção de práticas psicológicas nas Políticas Públicas
22	Controle Social: Participação da Psicologia como elemento da sociedade para a continuidade da cidadania
23	Um novo território para uma nova Psicologia
24	MS sai na frente com implantação da nova CIP
25	Participação do CRP14/MS no IX Congresso Latino-Americano de Psicologia - ULAPSI
26	Conciliação como estratégia de resolutividade na Comissão de Ética
27	Fiscalizar mais para disciplinar menos
29	CRP14/MS: PRINCIPAIS AÇÕES DO PRIMEIRO ANO DO X PLENÁRIO



X PLENÁRIO - CRP14/MS

DIRETORIA

Presidente: Walkes Jacques Vargas (CRP14/05574-6)
Vice-presidente: Jucimara Zacarias Martins (CRP14/04714-7)
Tesoureira: Camilla Fernandes Marques (CRP14/05662-7)
Secretário: Renan da Cunha Soares Junior (CRP14/02715-9)

CONSELHEIROS EFETIVOS

Camilla Fernandes Marques (CRP14/056627)
Elizete de Souza Morais (CRP14/07607-2)
Jucimara Zacarias Martins (CRP14/04714-7)
Paola Nogueira Lopes (CRP14/06334-5)
Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho (CRP14/00222-4)
Renan da Cunha Soares Junior (CRP14/02715-9)
Renato Martins de Lima (CRP14/07199-0)
Vanessa Silva de Souza (CRP14/07450-9)
Walkes Jacques Vargas (CRP14/05574-6)

CONSELHEIROS SUPLENTE

Alberto Mesaque Martins (CRP14/08402-7)
Barbara Marques Rodrigues (CRP14/06285-4)
Flávia Pedrosa de Camargo (CRP14/04566-0)
Jacqueline de Campos Rojas (CRP14/05822-6)
João Fernando dos Santos Vilela (CRP14/08098-1)
João Paulo Ribeiro (CRP14/07065-4)
Leandro Batista de Casto (CRP14/03549-0)
Vante Almeida Vaz (CRP14/01417-7)

COMISSÕES E NÚCLEOS

1. Comissão de Orientação e Fiscalização - COF
2. Comissão de Ética - COE
3. Núcleo de Psicologia Jurídica - NPJ
4. Comissão de Tomada de Contas - CTC
Núcleo de Sistema Prisional - NUSP
5. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP
6. Comissão de Assistência Social - CAS
7. Comissão de Psicologia e Povos Indígenas - CPPI
8. Comissão de Comunicação - CCOM
9. Comissão de Direitos Humanos - CDH
Núcleo de Infância, Adolescência e Juventude - NIAJ
Núcleo de Psicologia e Relações Raciais - NUPSIR
13. Comissão de Psicologia da Saúde - CSaúde
Núcleo de Saúde Mental - NSM
Núcleo de Psicologia do Esporte - NPE
Núcleo de Prevenção e Posvenção de Suicídio - NPPS
Núcleo de Clínica e Saúde Suplementar - NCSS
Núcleo de Psicologia Hospitalar - NPH
Núcleo de Psicologia e Relações Interespécies - NPRI
20. Comissão de Psicologia do Trânsito e Mobilidade - CPTM
21. Comissão de Interiorização e Fronteiras - CIF
22. Comissão de Psicologia Social e Comunitária - CPSC
23. Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho - CPOT
24. Comissão de Psicologia Educacional e Escolar - CEDUC
25. Comissão de Avaliação Psicológica - CAP
26. Comissão de Gênero e Diversidade Sexual - CGDS
27. Comissão de Memória da Psicologia - CMP

A segunda edição da Revista Hingá14!, do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul, traz uma proposta editorial de se ancorar em um eixo temático que dialoga com as deliberações do Congresso Nacional da Psicologia - CNP. O eixo discutido e escolhido pela Comissão Editorial para esta publicação é “Psicologias e Territórios: Diálogos Democráticos” e, a partir dele, todas/os as/os 17 conselheiras/os mobilizaram as Comissões para pensar e produzir textos que evidenciassem as ações realizadas pelas comissões e, mais amplamente, pela psicologia em Mato Grosso do Sul a partir da perspectiva dos dois pilares deste eixo temático.

Dessa forma, esperamos mostrar a pluralidade das psicologias enquanto ciência e profissão a partir do ponto de partida do território, ou seja, dos diversos lugares delimitados seja pela geografia, pelas relações ou pelas subjetividades que são pensados de acordo com o uso que se faz deles, implicando no sentido existencial. Considerar o conceito de território exige pensarmos também em fronteiras e nos desafios ambíguos entre demarcar os limites e ultrapassar os limites. Dessa forma, provocamos o compromisso do X Plenário com a regionalização e por meio da descentralização de ações e a expansão da presença do Conselho nos diversos territórios do Estado. O segundo pilar que orientou a produção desta edição refere-se a diálogos democráticos, também um compromisso que se realiza a partir do exercício de criar possibilidades de trocas, de escuta de construção.

É com esta proposta editorial que desejamos que a Hingá14! não seja um espaço tão somente de prestação de contas para a categoria, mas um lugar de reflexão, uma plataforma colaborativa e coletiva de uma Psicologia com compromisso social local.

Boa Leitura!

COMISSÃO EDITORIAL



FRONTEIRAS DO TERRITÓRIO DIGITAL NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO



Comissão de Comunicação

Renato Martins de Lima (CRP14/07199-7)

A digitalização das relações e dos negócios tem se apresentado como uma extensão dos próprios sujeitos como já anunciado por McLuhan (1969). No contexto da Psicologia, a relação entre a presencialidade e a virtualidade já foi tema de ampla discussão. Conceitualmente há certo consenso de que as duas expressões não se configuram como antagônicas no intuito de que quando os sujeitos são pessoas, todas as relações são reais (no sentido da concretude) embora mediadas por tecnologias digitais entre elas a internet e o digital. Na prática, as fronteiras desse território ficaram melhor delimitadas a partir da Resolução do CFP 11/2018 que regulamentou a prestação de serviços por meio das Tecnologia da Informação e da Comunicação (TICs), entre elas: consultadas e atendimentos psicoterapêuticos síncrona ou assíncrona, processos de recrutamento e seleção, supervisão de psicólogas/os e, inclusive, utilização de instrumentos psicológicos validados pelo SATEPSI. Este feito fez a Psicologia conquistar novos e importantes territórios que vieram a se consolidar no período da pandemia COVID-19 com a publicação da Resolução do CFP 04/2020 trazendo a obrigatoriedade do cadastro profissional na plataforma e-psi como forma de garantir a fiscalização por parte do Conselho e a segurança por parte da população atendida em relação ao cumprimento das normativas por parte da/o profissional contratada/o.

Para além dos avanços técnicos e legais que nos permitem demarcar as novas fronteiras e identificar esse novo território, o surgimento do “novo” implica em se pensar em como se dará a “exploração” desse território. Retomando a Resolução CFP 11/2018, o

próprio documento antecipa alguns atravessamentos como o atendimento de crianças e adolescentes que embora exija o consentimento de um dos pais, não discute a questão do sigilo e da privacidade nos casos dos pacientes entrando na consulta de seus quartos, com a família em casa. A resolução também avalia como não adequado atendimento de pessoas e grupos em situação de urgência e emergência, uma vez que não há garantias de manejo de possíveis intercorrências, abrindo questionamentos sobre quais garantias tem as/os psicoterapeutas durante uma sessão mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação de manejo em qualquer caso ou atendimento? Como garantir que uma sessão não se tornará uma demanda de urgência e emergência?

Cada ponto de interrogação identifica uma lacuna que nos exige dentro do campo da Comunicação, ou seja, desde o pensar sobre a oferta desse tipo específico de atendimento e serviço até a ação de se cadastrar no e-psi, o exercício ético do cuidado: em relação ao outro, em relação a si própria/o e, não menos importante, o cuidado para com a profissão.

Essa reflexão deve se sobrepôr às possibilidades financeiras de expandir mercado e fazer novos clientes. Deve ser pensada antes de ser comunicada no seu cartão de visitas ou perfil da sua página profissional nas redes sociais. Os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia podem regulamentar o “como” deve ser feito, no entanto, o “se” ainda é uma decisão pessoal da psicóloga e do psicólogo. A ética desse cuidar não identifica a tecnologia, o virtual, a ética só consegue identificar o ser humano e quando o assunto é o ser humano, todos os efeitos são reais e pessoais.

Conheça a íntegra das resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 11 DE MAIO DE 2018

<https://atosoficiais.com.br/lei/orientacao-psicologica-pela-internet-cfp?origin=instituicao>

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 26 DE MARÇO DE 2020

<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=04/2020>



A IMPLANTAÇÃO DA LEI 13.935/19 EM MATO GROSSO DO SUL



Comissão de Educação

Paola Nogueira Lopes (CRP14/06334-5), Valquiria Rédua da Silva (CRP14/04485-0), Alexandra Ayach Anache (CRP14/00352-1)

Iniciamos esse texto com a memória viva da querida professora Lucy Nunes Ratier que deixou anos de contribuição, ensinamentos e participação efetiva nesta Comissão de Educação e que fez frente às lutas refletidas neste texto.

Passados mais de quatro anos da promulgação da Lei n. 13.935/19, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, os desafios para sua implantação nos municípios de Mato Grosso do Sul são uma realidade.

Esta Lei é resultado da proposta de inserção do profissional da Psicologia no campo da Educação em diferentes níveis e modalidades, a qual vem se desenhando desde a década de 1990 por movimentos de Associações Científicas, com destaque para Associação Brasileira de Psicologia e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, Sindicato e Sistemas de Psicologia e mais recentemente, com as Instituições de Serviço Social. O compromisso destas entidades está alinhado com os princípios da educação inclusiva. O Sistema Conselhos tem se debruçado no movimento pela regulamentação da Lei, e no âmbito do CRP14/MS, as ações são coordenadas por meio das Comissões constituídas, especialmente pela Comissão de Educação. As articulações foram intensificadas e resultaram em desdobramentos na implementação da Lei.

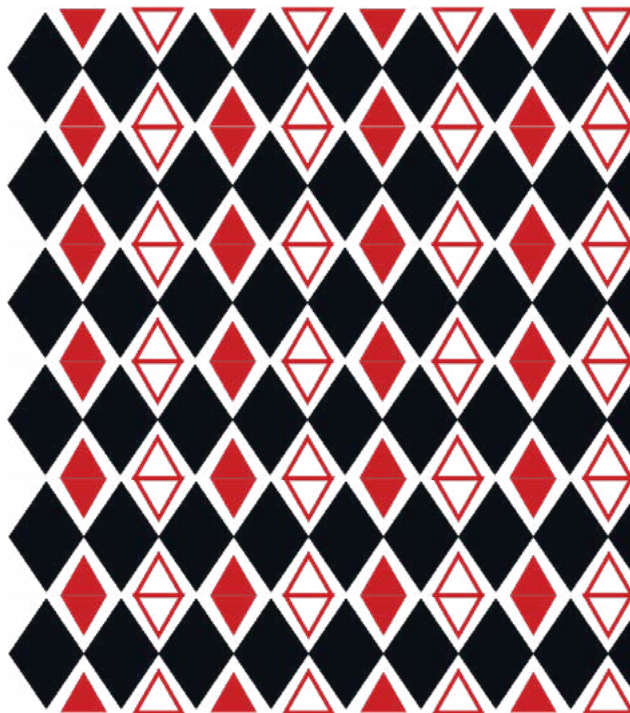
No âmbito Estadual um avanço para implementação da Lei n. 13.935 foi a criação, por meio da Resolução n. 4.021, do **Serviço Especializado de Apoio ao Processo Educativo e suas interfaces – SEAPE/SED** para as escolas da Rede Estadual de Ensino. O referido programa foi criado para dar ordenamento ao trabalho dos profissionais da Psicologia Educacional e do Serviço Social neste espaço.

No que tange às Secretarias Municipais de Educação, o Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso do Sul, por meio da Comissão de Educação, teve acesso ao relatório da Coordenadoria do Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público - GEDUC/MS, contendo informações relevantes para a categoria. Dos 79 municípios, 40 informaram que têm profissionais da Psicologia e

do Serviço Social contratadas/os temporariamente. Desses, boa parte são cedidos das secretarias de assistência social e da saúde para atuarem na educação.

Importante destacar que as informações reveladas neste relatório corroboram para uma aproximação contínua do CRP14/MS com os executivos municipais para esclarecer e subsidiar as práticas psicológicas no/em ambiente educacional.

Por fim, corrobora-se com a análise empreendida por Antunes, Santos e Barbosa (2021)¹ quando descrevem como desafio maior que a real implementação da lei pelos poderes públicos é que a Psicologia possa efetivamente cumprir sua função de contribuir para que a educação de todas as crianças e jovens do país seja efetivamente um meio de socialização dos saberes produzidos historicamente pela humanidade.



¹ ANTUNES, M. A. M.; SANTOS, R. C.; BARBOSA, D. R. Psicologia e Educação: sobre as raízes da Lei 13.935/2019 e os desafios para a Psicologia Escolar. In: Por que a psicologia na Educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização. (Orgs.) FACCI, M. G. D.; ANACHE, A. A.; LINS, R. F. C., Curitiba, CRV, 2021

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: COMPROMISSO COM O TERRITÓRIO

Comissão de Assistência Social

Gabriela P. da Silva (CRP14/8722-7), Walkes J. Vargas (CRP14/05574-6)
João Paulo Ribeiro (CRP14/07065-4), Jacqueline de C. Rojas (CRP14/05822-6), Bruna L. Cafure (CRP14/06355-4), Marlene L. F. Naegeli (CRP14/00315-0), Claudiane C. da Silva (CRP14/03746-3), Laiza P. Mazaro (CRP14/05723-5), Clariane S. B. Wounnsosky (CRP14/06222-7).

A/o psicóloga/o, ao iniciar sua atuação profissional no Sistema Único de Assistência Social, é convidada/o a participar ativamente do exercício da democracia e seu papel como cidadã/o. Entende-se a importância desta política para a garantia de direitos da população, superação de desigualdades e atuação junto a população em situação de vulnerabilidade social. É nesse sentido que a Psicologia se insere neste contexto, com forma de atuação ético-política e responsabilidade social.

De acordo com o Censo SUAS (2019)², em todo Brasil há em torno de 24.800 psicólogas/os atuando na Política de Assistência Social, a tendência é que este dado tenha aumentado desde então. O Censo da Psicologia Brasileira (2022)³ revelou que 22% das/os profissionais de Mato Grosso do Sul estão inseridos nesta política, ficando atrás apenas da Clínica com 63%.

Outro ponto importante, de acordo com o mesmo levantamento, 71% de todas/os as/os Psicólogas/os no país possuem mais de um vínculo de trabalho. Chamando atenção para a questão da precarização do trabalho uma vez que profissionais que se submetem a essas condições geralmente estão em busca de suprir uma necessidade de complementação financeira.

Assim, a Comissão de Assistência Social (CAS) atua de forma relevante considerando os altos índices de profissionais inseridos nesta política. Mas além de dados quantitativos, o CRP14/MS entende o papel político que esta comissão possui, sendo estratégica na defesa dos Direitos Humanos. A proposta é que seja possível orientar a categoria, de forma a qualificar a atuação nos equipamentos, bem como potencializar a participação da Psicologia no SUAS.

A presente edição da Revista Hingá 14! traz como tema central “Psicologia e territórios: diálogos democráticos” e é justamente neste sentido que

compreende-se o papel fundamental da Psicologia na Assistência Social. De acordo com a Nota Técnica do CFP para atuação da Psicologia no SUAS (2016)⁴, a/o psicóloga inserida nesta política deve compreender o conceito de território vivido como estratégico, contribuindo para “o entendimento da percepção de pertencimento dos sujeitos, grupos e famílias, conferindo sentido às relações e aos vínculos familiares, comunitários e sociais” (p. 14).

O conceito de território é que permite apontar a importância de compreender as subjetividades daquela população, identificar recursos e potencialidades daquele espaço. Ainda que a produção de vulnerabilidades tenha determinantes macrosociais, é no território que podem ser construídas intervenções que superem desigualdades.

É pensando nisso que a CAS tem atuado, buscando orientar psicólogas/os para que percebam as potencialidades do território, saibam identificar marcadores sociais, e atuem com uma visão crítica da realidade, com compromisso social e fazer ético-político na luta pela garantia de direitos. Para tanto, realizamos o Seminário “Subjetividades e vínculos: o que faz a Psicologia do MS na Política de Assistência Social?” com a presença de psicólogas/os que atuam no SUAS, compartilhando práticas e experiências. Com o objetivo de interiorizar as ações, a CAS pretende realizar ações no interior e também com transmissão online, otimizando a participação de todo estado nas ações.

Ademais, outras ações vêm sendo construídas pela Comissão a fim de qualificar o trabalho das/os Psicólogas/os que atuam na Assistência Social e garantir que populações em situação de vulnerabilidade e pessoas com direitos violados tenham acesso à proteção social e serviços públicos de qualidade. Fica o convite à categoria para ser protagonista desse processo.

2 BRASIL. Ministério da Cidadania. **Censo SUAS**, 2019.

3 CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem faz a Psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro- Volume 1: formação e inserção no mundo do trabalho. Brasília: CFP, 2022.

4 CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social. **Nota Técnica com Parâmetros para atuação das(os) profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, Brasília: CFP, 2016.

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA TÉCNICA REGIONAL

Comissão de Psicologia e Povos Indígenas

Vanessa Silva de Souza (CRP14/07450-9), Bárbara Marques Rodrigues (CRP14/06285-4), Tathiane Auxiliadora Ramos Cortez (CRP14/06411-8), Aline Carla da Rocha Soares Bento (CRP14/08305-4), Dalirene Sol Clementino (CRP14/08643-6), Jaqueline de Andrade Torres (CRP14/06193-6)

A Comissão de Psicologia e Povos Indígenas (CPPI) do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP14/MS), criada em 2014 e retomada nesta gestão, iniciou este ano com um trabalho em conjunto com a Comissão de Gênero de Diversidade Sexual do CRP14/MS, em comunicação com a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da 4ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso do Sul e com a Prefeitura de Belo Horizonte (Minas Gerais), sobre uma série de assassinatos de indígenas homossexuais. A partir disso, o CRP14/MS publicou, em fevereiro, a nota intitulada “CRP14/MS se posiciona contrário à violência investida contra jovens indígenas homossexuais”.

Nesse tema interseccional, o então Núcleo de Saúde Indígena da Comissão de Direitos Humanos (NPPI/CDH) fez um evento, em junho de 2022, no campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, denominado “Vivências de indígenas LGBTQIA+ em contexto urbano: o que a Psicologia tem a ver com isso?”, em parceria com o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Foi também fruto de parceria do NPPI/CDH com o CREPOP a realização de eventos para lançamento da “Referência Técnica para atuação de psicólogas(os) junto aos Povos Indígenas” em territórios indígenas no Mato Grosso do Sul. A referência é um dos principais projetos da CPPI e tem como orientador o diálogo constante entre as lideranças indígenas e as/os psicólogas/os que atuam junto aos Povos Indígenas do estado.

Uma maneira de manter esse diálogo é por meio de encontros como o que ocorreu na região de Dourados, em maio de 2022, denominado “A prática da Psicologia com os Povos Indígenas no contexto da Grande Dourados: a construção da Referência Técnica em Psicologia através da narrativa indígena”. Essa conversa possibilitou uma melhor compreensão da realidade dos indígenas nas reservas e retomadas na região de Dourados. Entre tantas reflexões que surgiram com as falas das palestrantes, a psicóloga Bárbara Rodrigues Marques (CRP14/06285-4) apresentou questões importantes sobre as demandas de vulnerabilidade social e econômica, destacando a violência doméstica, a violência física e as questões de gênero, que ocasionam muito sofrimento

aos indígenas. A fala da palestrante pedagoga Micheli Alves Machado trouxe o desafio de ser professora nas reservas de Dourados, ressaltando as dificuldades devido às condições vulneráveis dos alunos, à presença de imigrantes e à necessidade de lidar com outros costumes e culturas, destacando as condições de trabalho e o adoecimento dos professores. Esse encontro possibilitou questionamentos e reflexões sobre a necessidade e a importância da Psicologia ouvir os Povos Indígenas e estar próxima de suas realidades, discutindo o papel da/o psicóloga/o juntos aos Povos Indígenas, partindo das demandas dessas populações e sem esquecer das influências das crenças e da cultura de cada povo nas relações construídas nessa atuação.

É fundamental insistir em demarcar que o lançamento da primeira referência técnica da atuação profissional junto aos Povos Indígenas ocorreu 60 anos após a regulamentação da profissão de psicóloga/o no Brasil, país construído à custa de massacres de povos originários que já ocupavam o território tomado por colonizadores europeus. Assim, devemos tensionar a categoria a fim de que, tanto regional quanto nacionalmente, possamos construir práticas críticas e situadas. Para ilustrar: a urgência da atenção da Psicologia aos Povos Indígenas no Brasil e, em particular, no Mato Grosso do Sul, pôde ser ouvida na atividade realizada na Aldeia Tereré, em Sidrolândia, no mês de dezembro de 2022. Nessa atividade, membras do CPPI ouviram de lideranças relatos sobre a recorrência de acentuado sofrimento emocional nos adolescentes tanto quanto o convite para se fazer mais presente naquela comunidade e, principalmente, unir forças ao trabalho de colegas que ali atuam em prol do próprio povo. A divulgação da Referência foi essencial, pois possibilitou o acesso às demandas da Comunidade e, também, por nos aproximar das/os indígenas psicólogas/os que, há anos, vêm atuando em seu próprio território ainda que em condições limitadoras. Aliás, indígenas psicólogas/os são fundamentais no desenvolvimento da prática psicológica e profissional centrada nas necessidades e particularidades dos territórios e etnias.

Por fim, o presente que a CPPI se dispõe a construir é o futuro no qual arcos, flechas e maracás afundam caravelas nesta ciência e profissão chamada Psicologia, que será pintada de urucum e jenipapo!



PSICOLOGIA DO ESPORTE: UM DIÁLOGO COM A CIDADANIA E O SOCIAL



Núcleo de Psicologia do Esporte - Comissão de Saúde

Maria Celina Ferreira Goedert (CRP14/07527-2)

O esporte é amplamente conhecido pelo aspecto físico do ser humano, contemplando elementos do corpo e do rendimento esportivo (Tubino, 2017).⁵ Nas últimas décadas, têm-se demandado olhar para o esporte também como um fenômeno social e cultural, demonstrando sua relevância para o bem-estar e saúde mental daqueles que o praticam (Soares & Goedert, 2022)⁶.

A área da Psicologia do Esporte é grande contribuidora da temática, tanto na atuação profissional quanto na pesquisa científica, enfatizando-se que o esporte não se resume a competições de alto nível e aos atletas profissionais em busca de um desempenho cada vez melhor (RUBIO, 2007)⁷.

Na Psicologia do Esporte, temos quatro áreas de atuação: o esporte de rendimento, o esporte escolar, o esporte recreativo e o esporte de reabilitação (SAMULSKI, 2009)⁸. Dentre essas áreas, a primeira forma de atuação é a que mais se destaca na mídia em grandes competições mundiais recentes, como a Copa do Mundo ou as Olimpíadas, apresentando a participação de psicólogas/os no dia-a-dia do treinamento esportivo profissional.

O campo de atuação voltada para o alto rendimento é bastante pesquisado e, aos poucos, passa a ter reconhecimento das entidades esportivas com a contratação de profissionais da Psicologia e investimentos na saúde mental dos envolvidos (VIEIRA et al., 2010)⁹. Porém, quando se fala nos demais campos de atuação da Psicologia do Esporte temos dificuldade em designar uma área de atuação palpável e objetiva na prática, principalmente quando desocupamos o espaço voltado para competições e profissionalização do esporte.

O esporte em seu foco social e cultural acaba, por vezes, desocupando o espaço de importância na co-

munidade, por não trazer retornos de medalhas ou troféus de reconhecimento. Neste escopo, a contribuição é subjetiva e abstrata, não sendo mensurável por meio de uma competição em si (RUBIO, 2007). O esporte é meio transformador e uma excelente ferramenta de construção do sujeito em sociedade, independentemente da idade dos seus praticantes.

Sua prática ensina muito mais do que jogadas ou estratégias vitoriosas de um jogo, perpassando por respeito, comunicação, autoconhecimento, cidadania e responsabilidade social e cultural. Além disso, conhecer e conviver com a diversidade cultural e humana também faz parte do esporte, visto que é possível promover integração entre praticantes de diferentes bairros, escolas e cidades pelo mesmo objetivo de disputar um campeonato, por exemplo. Mas para isso ocorrer, é preciso inseri-lo adequadamente na população geral, e não privá-lo aos que tem a oportunidade de praticá-lo de forma profissional.

O estado de Mato Grosso do Sul passa por dificuldades de aderir à Psicologia do Esporte, sendo considerada uma área em seus passos iniciais na região mesmo na temática do alto rendimento. Assim, os primeiros passos da Comissão de Saúde – Núcleo da Psicologia do Esporte, tem priorizado ações de contato com instituições de ensino superior no estado, para propor momentos de diálogo e informação a respeito da temática nos cursos de graduação. Além disso, contribuimos para dialogar nas redes sociais do CRP14, informando um pouco mais sobre a atuação deste profissional, com o intuito de promover o interesse de alunos e profissionais da categoria e, posteriormente, realizar um evento informativo sobre a Psicologia do Esporte.

Enfatizamos a nossa disponibilidade em dialogar com as entidades esportivas e promotoras de atividades físicas para a comunidade local, como realizado este ano no Curso de Formação de Árbitros, organizado pela Federação de Vôlei de MS, mostrando que a participação de um profissional da Psicologia pode contribuir para a formação de atletas, profissionais e competições mais saudáveis no alto rendimento, e de uma população mais integrada e consciente da sua participação na sociedade como um todo.

5 TUBINO, M. **O que é esporte?** Brasiliense, 2017.

6 SOARES, A. K. S.; GOEDERT, M. C. F. Esportes físico e eletrônico: noções básicas e aplicações na Psicologia. **Esportes físico e eletrônico: noções básicas e aplicações na Psicologia**, 2022.

7 RUBIO, K. Da psicologia do esporte que temos à psicologia do esporte que queremos. **Revista brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 1, n. 1, 2007.

8 SAMULSKI, D. **Psicologia do esporte: conceitos e novas perspectivas**. Manole, 2009.

9 VIEIRA, L. V. et al. Psicologia do esporte: uma área emergente da psicologia. **Psicologia em estudo**, v. 15, p. 391-399, 2010.

A PSICOLOGIA HOSPITALAR E DA SAÚDE NO ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE COVID-19

Núcleo de Psicologia Hospitalar - Comissão de Saúde

Francielle Marques de Lima (CRP14/06122-7), Alberto Mesaque Martins (CRP 14/08402/7), Alexandra Ayach Anache (CRP 14/00352-1)

A pandemia de COVID-19 se constituiu como uma emergência sanitária global que afetou de maneira brusca e repentina a vida das populações. Desde março de 2020, o fenômeno exigiu novas formas de interação social, dentre as quais estão as formas de relação mediadas por tecnologias digitais (OMS, 2022).

Simultaneamente ao fato do distanciamento social minimizar as chances de contágio e de propagação do vírus, essas medidas também produziram efeitos negativos na saúde mental (FARO et al, 2020)¹⁰. O distanciamento social contribuiu para a manifestação e/ou agravamento de sintomas psicológicos como a insônia, a ansiedade, a depressão e até mesmo quadros de estresse pós-traumático, surtos psicóticos, síndrome do pânico e suicídio (SCHIMIDT et al., 2020)¹¹. Os efeitos nocivos da pandemia e do distanciamento social na saúde mental são ainda maiores entre os grupos de pessoas pobres que não possuem acesso aos recursos mínimos para manutenção do distanciamento e garantia das práticas de prevenção (SCHIMIDT et al., 2020).

Os profissionais da saúde também estiveram expostos ao sofrimento psíquico especialmente entre aqueles que atuaram na linha de frente dos serviços de enfrentamento da COVID-19, quase sempre em condições precárias e insalubres de trabalho (OLIVEIRA et al., 2020)¹². Os profissionais de saúde vivenciaram uma situação conflitiva, pois ao mesmo tempo que se colocaram em risco cuidando de pacientes com suspeita ou diagnóstico de COVID -19, eles também conviviam com receios de contrair o vírus e infectar as suas famílias, ge-

rando maior sofrimento psicológico e contribuindo para quadros mais graves (SCHIMIDT et al., 2020).

A Psicologia esteve presente no enfrentamento a pandemia de COVID-19 no Brasil, atuando em vários contextos, incluindo o contexto hospitalar. Como exemplo, temos as/os profissionais de Psicologia da equipe da Unidade de Terapia Intensiva adulto do Hospital Universitário da Grande Dourados atendendo mais de 6 mil pessoas ao longo dos anos de 2020 e 2021, os anos mais letais desta pandemia. A categoria também atuou em outros contextos de promoção da saúde, especialmente a partir do trabalho de psicólogas/os inseridas/os na Atenção Primária, nos dispositivos do Sistema Único de Assistência Social, nas políticas públicas de Educação, dentre outros serviços que se viram diante da necessidade de se reorganizar, articular e fortalecer o trabalho intersetorial.



¹⁰ FARO, A., BAHIANO, M. A., NAKANO, T. C., REIS, C., SILVA, B. F. & VITTI, L. S. (2020). COVID-19 and mental health: The emergence of care. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37 (epub), e200074.

¹¹ SCHMIDT, B., CREPALDI, M. A., BOLZE, S. D., NEIVA-SILVA, L. & DEMENECH, L. M. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos em Psicologia (Campinas)*, 37, e200063.

¹² OLIVEIRA, E. N., XIMENES NETO, F. N., MOREIRA, R. M., LIMA, G. F., SANTOS, F. D., FREIRE, M. A., et al. (2020). "Aquele adeus, não pude dar": luto e sofrimento em tempos de COVID-19. *Enfermagem em Foco*, 11 (Esp. 2), 55-61.

A presença da Psicologia no contexto Hospitalar e da Saúde, ambientes ainda dominados pelo saber biomédico, é um desafio, uma vez que precisa avançar para além da perspectiva de saúde vinculada à ideia de ausência de doença e sobretudo, porque exige a produção de um modelo teórico capaz de superar a dissociação e fragmentação dos indivíduos. Deste modo, não basta a presença da/o profissional da Psicologia, mas se deve atentar para o modo como ele deverá estar presente nestes espaços.

No contexto da pandemia, o papel da psicologia hospitalar e da saúde tem como principal objetivo o apoio ao enfrentamento da doença. A/o psicóloga/o integra as equipes de saúde, contribuindo para a qualificação do cuidado por meio do resgate do sujeito, bem como, propondo e reorientando para que as práticas e cuidados de saúde sejam centrados no paciente.

O exercício da profissão de psicóloga/o requer atenção às dimensões subjetivas a fim de subsidiar as ações para responder as demandas das situações de crise sanitária, uma vez que a vivência da pandemia exigiu a construção de novas ferramentas para o trabalho e tal processo de criação só é possível quando o profissional mobiliza recursos subjetivos, assumindo o lugar de sujeito da ação. Além disso, a pandemia explicitou a necessidade de que as ofertas de assistência em saúde mental sejam construídas de forma planejada e coordenada, levando em consideração o trabalho intersetorial e em rede.

O trabalho da Psicologia no âmbito Hospitalar e da Saúde deve se caracterizar como promoção de saúde, processo este que destaca a subjetividade como produção cultural e historicamente situada como caminho para a compreensão do processo saúde-adoecimento, além de representar uma alternativa teórica frente ao individualismo naturalizado que caracteriza o crescente processo de despersonalização, medicalização e patologização que definem as práticas assistenciais hegemônicas no campo da saúde (GONZÁLEZ REY, 2015).

É importante ressaltar a necessidade de continuidade da assistência à saúde no período pós-alta, especialmente no contexto hospitalar (RUIZ, ARCAÑO & PÉREZ, 2020)¹³. Nessa perspectiva, é imperativo que as equipes auxiliem os pacientes e cuidadores familiares na compreensão de informações importantes para a manutenção do cuidado domiciliar e forneçam a esses sujeitos subsídios para a continuidade dos atendimentos em outros dispositivos das Redes de Atenção à Saúde (FARO et al., 2020), construindo redes de cuidado intersetoriais e interdisciplinares que possibilitem uma melhor reorganização da vida das pessoas, infectadas ou não, à nova rotina, no período pós pandemia, auxiliando-os na reconstrução dos laços e vínculos sociais e dando suporte a possíveis efeitos psicológicos e sociais tardios, ainda em fase de compreensão (FARO et al., 2020; SCHMIDT et al., 2020).

¹³ RUIZ, A. L., ARCAÑO, K. D & PÉREZ, D. Z. (2020). La psicología como ciencia en el afrontamiento a la COVID-19: apuntes generales. *Anales de la ACC*, 10 (21), 1-5.

Constituído no ano de 2022, o Núcleo de Psicologia Hospitalar da Comissão de Saúde do CRP14/MS, vem trabalhando no acompanhamento das demandas da categoria, especialmente nos desafios que perpassam a atuação profissional em Psicologia no contexto hospitalar. O núcleo se reúne, regularmente, discutindo propostas e necessidades encaminhadas pela categoria. Se você quiser fazer parte ou enviar alguma sugestão/demanda ao Núcleo de Psicologia Hospitalar, entre em contato por meio do e-mail cotec@crpms.org.br

OCUPAÇÕES E RESISTÊNCIAS: A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA COMO UM TERRITÓRIO

Comissão de Psicologia Social e Comunitária

Camilla Fernandes Marques (CRP14/056627), Giovana Barbieri Galeano (CRP14/09016-3), Claudia Mariola (CRP14/07376-3), Josimar Corvalã (CRP14/07543-6)

A edição 2023 da Revista Hingá 14 tem como eixo temático “Psicologia e territórios: diálogos democráticos”. Inspiradas(os) nos movimentos urbanos de ocupação, temos o objetivo de tomar a Psicologia Social e Comunitária como um território a ser ocupado e a partir do qual produzir resistência frente às questões que nos são caras, dentre as quais estão o direito de construir e viver a comunidade de maneira plural, inclusiva, democrática, o enfrentamento às diversas formas de violências e, especialmente, as alianças antirracistas que devem orientar as práticas em psicologia para que o horizonte de justiça social não apenas inspire nos presente, mas o constitua.

A Comissão de Psicologia Social e Comunitária tem desenvolvido suas ações junto a profissionais da psicologia, bem como com estudantes e a comunidade em geral mediante a realização de ações, eventos e materiais de divulgação centrados nas práticas da Psicologia Social e Comunitária em seus diversos temas e contextos. As atividades têm buscado articulação com as demais Comissões, nos últimos eventos, em especial com o Núcleo de Psicologia e Relações Raciais, dado que partimos da compreensão que nossas práticas profissionais cotidianas devem pensar as políticas públicas e as iniquidades raciais e sociais produzidas pelo racismo estrutural e pelas lógicas da branquitude que constituem a realidade brasileira.

Nesta direção, realizamos um primeiro evento em 12/12/2022 intitulado “*Psicologia Social e Comunitária: Debatendo Relações Raciais*” e em 08/03/2023 outro evento que se articula ao primeiro nomeado de “*Dororidade: Tensionando Territórios Feministas na Psicologia Social e Comunitária*”.


Dentre os objetivos da Comissão estão a criação e divulgação de espaços de discussão e socialização de experiências profissionais, promoção de eventos sobre políticas públicas dada a necessidade de qualificação das intervenções produzidas nos diversos campos, promoção e ampliação do debate sobre o exercício profissional diante do trabalho transdisciplinar, estabelecimento de parcerias para fortalecer a construção

de uma sociedade democrática, equitativa e que operacionalize a garantia de direitos, fomento da participação profissional dos territórios do interior do Estado para produzir uma psicologia que, de fato, se constitua pela pluralidade e componha com as regionalidades.

As ações programadas pela Comissão para colocar em prática os objetivos estabelecidos têm sido compostas por Ciclos de Debates, especialmente denominados de “PsiSocial em Cena”. Essa ação é realizada online para garantir a participação de todas/os/es que não estejam na capital, bem como permite a veiculação de produções artísticas e audiovisuais para fomentar a discussão no debate. São realizadas reuniões periódicas para avaliar, projetar e reformular as linhas de ação conforme demanda da própria processualidade da Comissão. Além disso, temos nos dedicado a identificar as demandas das/os/es profissionais, estudantes e comunidade em geral acerca dos temas para serem discutidos nos espaços criados pela Comissão.

É mediante essas estratégias que queremos povoar o território da Psicologia Social e Comunitária, possibilitando que esse espaço seja ocupado e produzido enquanto resistência possível às lógicas que tomam a vida. Tensionar esse território é produzir, no cotidiano, uma forma de agenciar as possibilidades de vida, ampliar as formas de acesso e garantir uma atuação profissional qualificada para atender às demandas das populações desde as suas modalidades de existência e não enquanto ações verticalizadas e descontextualizadas.





O ESPAÇO PÚBLICO COMO DIREITO DE TODAS AS PESSOAS: O DESENHO DAS CIDADES BRASILEIRAS FAVORECE O PERTENCIMENTO IGUALITÁRIO PARA PEDESTRES, CICLISTAS, MOTOCICLISTAS E MOTORISTAS?

Comissão de Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana

Renan da Cunha Soares Júnior (CRP14/02715-9), Walkes Jacques Vargas (CRP14/05574-6), Ceres Maria Mota Duarte (CRP14/00472-1)

Desde o final da década de 1980 e início da década de 1990 o fazer da Psicologia do Trânsito tem se ocupado com outras discussões para além da Avaliação Psicológica de Motoristas. A partir de 1997, a relação comportamental sujeito x ambiente da mobilidade ganha outros contornos, especialmente em razão do surgimento, na Suécia, do conceito da Visão Zero, em que o ambiente do trânsito deve ser equitativamente seguro para cada pessoa que o utiliza, independente do modal de transporte utilizado.

No Brasil, é somente em 2021 que as políticas públicas de mobilidade passaram oficialmente, com a Resolução 870 do CONTRAN, a prever o esforço coletivo que envolve a segurança na mobilidade de todas as pessoas, independentemente de como elas utilizam o ambiente da mobilidade. No marco legal do Plano Nacional de Redução de Lesões e Mortes no Trânsito - PNATRANS, pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas passam a ter direito de segurança no trânsito com o prisma da Visão Zero. E a importância da relação entre comportamento e ambiente ganha outros contornos e discussões como, por exemplo, sobre o pertencimento - ou ausência deste - em pedestres e ciclistas, uma vez que as cidades brasileiras de maneira maciça são formatadas para atender em sua grande maioria apenas ao usuário de veículo motorizado. Ao olharmos para dados do Ministério da Saúde que apontam que entre 2018 e 2021 cerca de 55,8 mil ciclistas foram internados gravemente na rede pública vítimas de sinistros de trânsito, é possível constatar a grande vulnerabilidade dessa população.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 7% da população utiliza a bicicleta como meio de transporte principal no país, número este com potencial enorme de crescimento tendo em vista os benefícios econômicos, sustentáveis e de saúde pública que o modal proporciona. Porém, a segurança precisa ser um

grande estímulo para que mais pessoas sintam-se motivadas a utilizar mais modais como as bicicletas, os ciclomotores, cicloelétricos, bicicletas elétricas e até mesmo a própria caminhada. A Psicologia pode contribuir na busca de estratégias para dar voz para aqueles que são mais vulneráveis no trânsito, para que se possa pensar a construção de políticas públicas abrangentes e que propiciem inclusão e promova, democraticamente, segurança. Autores como o filósofo e sociólogo Henry Lefebvre que discutiu em sua obra sobre o direito à cidade e as contribuições a Psicologia Social de Serge Moscovici com a Teoria das Representações Sociais nos ajudarão a compor diálogos com trabalhos importantes na realidade brasileira como as produções de Rozestraten na Psicologia do Trânsito e Gunther na Psicologia Ambiental.

Em 2019 e em 2022 o CRPMS realizou em Campo Grande encontros regionais de Psicologia do Trânsito em parceria com o DETRAN-MS e com a Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego - ABRAPSIT e nessas oportunidades trouxe discussões sobre outros fazeres da Psicologia além da Avaliação Psicológica de motoristas visando discutir com as profissionais que atuam na área sobre temáticas sociais e da saúde ligadas ao trânsito. A construção das cidades menos opressoras e que sejam inclusivas, sustentáveis e saudáveis é uma tarefa árdua, ampla e intersetorial, que deve colocar entre seus atores entes governamentais, da sociedade civil e usuários do espaço público. A lógica de construção verticalizada das atuais políticas públicas de mobilidade e trânsito, que atendem somente a posse do automóvel e a sua indústria econômica e cultural e excluem quem não atende ao seu perfil. A psicologia do trânsito precisa auxiliar na construção coletiva de uma realidade baseada no bem comum e que respeite o direito à cidade de todas as pessoas.



A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO EM MATO GROSSO DO SUL: ATUAÇÃO E CONTEXTOS DE TRABALHO



Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho

Flávia Pedrosa de Camargo (CRP14/04566-0), Eveli Freire de Vasconcelos (CRP14/01154-2), Carla Renata Capilé (CRP 14/04540-1)

Ao longo dos anos a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) se reinventa ante as demandas das transformações ocorridas nos contextos laborais. No estado de Mato Grosso do Sul, a/o profissional da Psicologia que atua na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho também enfrenta os desafios das transformações advindas das necessidades do mundo do trabalho contemporâneo, a exemplo do trabalho remoto e híbrido. Com a adesão massiva a esses modelos, as práticas precisam se adaptar a essa nova realidade organizacional. Assim, os profissionais precisam desenvolver novas estratégias de gerenciamento de equipe, comunicação e engajamento, além de lidar com questões relacionadas ao conflito trabalho família e saúde mental dos trabalhadores. Portanto, é importante que os profissionais repensem seu fazer e considerem as relações de trabalho também no espaço virtual.

Pensando nessas necessidades, a Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho, vinculada ao CRP14/MS, propôs a realização de um levantamento de informações para conhecer melhor as/os psicólogas/psicólogos que atuam na POT em MS.

O levantamento foi realizado entre os meses de janeiro e fevereiro de 2023 e contou com a participação de 22 profissionais, sendo 19 do sexo feminino e três do sexo masculino, das/dos respondentes 59% residem na capital do estado. Quanto ao tempo de atuação na Psicologia Organizacional, oito participantes atuam na área de dois a cinco anos, seis há mais de 10 anos, cinco participantes de seis meses a dois anos e três atuam de cinco a dez anos.

Com relação aos segmentos de atuação, as/os participantes responderam que atuam nas seguintes áreas: educação, comércio, setor alimentício, de tecnologia, indústria e prestação de serviços, de modo que 20 profissionais trabalham no setor privado, quatro prestam serviços como pessoa física e apenas um atua no setor público. Ressaltamos que em relação ao setor de atuação, os respondentes poderiam escolher mais de uma alternativa.

Quanto aos desafios da atuação na POT em Mato Grosso do Sul, as/os respondentes elencaram os seguintes pontos: rotinas não pertencentes à Psicologia Organizacional e do Trabalho; formação, falta de reconhecimento do papel da/do profissional pela empresa; baixa possibilidade de desenvolvimento profissional na empresa; rede de contatos; baixa remuneração; necessidade de aproximação do CRP e do CFP com as/os profissionais da área.

Os resultados encontrados mostram, primeiramente, a urgente necessidade de aproximação do Sistema Conselhos com as/os profissionais, dado o baixo índice de participantes. Outrossim, os desafios apontados pelas/os profissionais demonstram que em Mato Grosso do Sul, assim como no contexto nacional, as/os profissionais encontram dificuldades similares. Tópicos como relevância social do papel profissional, necessidade de multidisciplinaridade, interseção do campo do conhecimento com outras ciências, necessidades de formação (Borges, Moraes e Oliveira, 2005)¹⁴, necessidade de reconhecimento e de valorização (Machado et.al., 2021)¹⁵ são desafios apontados pelos estudos da área.

Vale ressaltar que os últimos anos trouxeram novas formas de organização do trabalho (com ênfase para os modelos remoto e híbrido), que trarão novas perspectivas e desafios para a atuação profissional da Psicologia, adicionadas às demandas já existentes. Assim, ressaltamos a importância da atuação das/dos psicólogas/os da POT na criação e promoção de ações que possibilitem um ambiente de trabalho saudável para todas e todos, contudo, para que isso seja possível é imprescindível que essas/es profissionais sejam devidamente reconhecidas/os e valorizadas/os.

¹⁴ BORGES, Livia de Oliveira; OLIVEIRA, Andréa Carla Ferreira de; MORAIS, La Thude Wolvua Almeida de. O exercício do papel profissional na Psicologia Organizacional e do Trabalho. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 101-139, dez. 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572005000200005&lng=pt&nrm=i-so. Acesso em 27 de abril de 2023.

¹⁵ MACHADO, Guilherme Fernandes et al. Atuação e desafios profissionais do psicólogo organizacional e do trabalho nas organizações. *Anais do EVINCI-UniBrasil*, v. 7, n. 1, p. 491-491, 2021.



AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO MATO GROSSO DO SUL: PERCEPÇÕES DOS DESAFIOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL



Comissão de Avaliação Psicológica

Jucimara Zacarias Martins (CRP 14/04714-7), Ilma Pereira dos Santos Henrique (CRP14/07618-1), Elizete de Souza Moraes (CRP 14/07607-2), Michelle Joanny Zompero Santos (CRP 14/03227-0), Luiza de Souza Borges (CRP 14/08964-5), Gabriela Pereira da Silva (CRP14/08772-7), Gabrielle de Souza Sanches (CRP14/08482-7)

Para discutirmos sobre a Avaliação Psicológica é relevante destacar o lugar desta prática, e o lugar de onde nós estamos falando. O estado de Mato Grosso do Sul possui uma população estimada em 2.839.188 habitantes (IBGE, 2021)¹⁶, encontra-se geograficamente localizado na região centro-oeste do Brasil, fazendo fronteira com dois países (Bolívia e Paraguai). Em nosso Conselho Regional de Psicologia (CRP14/MS) temos aproximadamente 5.221 profissionais inscritos (referência abril/2023), com várias instituições de ensino que oferecem a graduação em Psicologia, com isso são lançados no contexto profissional várias/os profissionais anualmente.

A Comissão de Avaliação Psicológica (CAP), formada por psicólogas colaboradoras e especialistas na área, tem por finalidade prestar assessoria junto ao CRP14/MS em atividades de orientação, fiscalização e promoção de ações voltadas para a área da avaliação psicológica. No ano de 2022, a referida comissão realizou algumas reflexões a partir da necessidade de realizar o plano de ação desta comissão, que a partir dessas surgiram algumas perguntas, tais como: Quais são os desafios para a prática da Avaliação Psicológica no Mato Grosso do Sul (MS)? Quais estratégias de orientação na área seriam mais efetivas? Em quais contextos as/os psicólogas/os no estado têm desempenhado o seu trabalho?

Por conseguinte, no mês de abril/2023 foi lançado um convite nas mídias sociais do CRP14/MS e grupos de psicólogas(os), convidando todas/os as/os profissionais a responderem um questionário elaborado por meio do Google Formulários no link disponibilizado, com o objetivo de conhecer melhor o perfil da/o profissional que atua com Avaliação Psicológica no MS, bem como de fazer um

levantamento das necessidades vivenciadas na prática das/os psicólogas/os, para que o planejamento de ações futuras pudessem estar mais contextualizadas com a realidade da categoria.

Neste levantamento participaram 60 profissionais, sendo que 38% ($n=23$) atuam em Campo Grande/MS e os demais em várias cidades do interior do estado. Os resultados apontaram que 30% ($n=17$) dedicam uma carga horária diária de até 6h, 28,3% ($n=17$) trabalham mais de 8h diárias, 25% ($n=15$) atuam até 8h diárias e 16,7% ($n=10$) até 4h. Em relação ao tempo de atuação, 48% ($n=29$) atuam a mais de 10 anos na área da AP, 16,7% ($n=10$) de dois a 5 anos e 16,7% ($n=10$) de 6 meses a dois anos, conforme descrito no gráfico abaixo.

Quanto a área de atuação na Avaliação Psicológica destacou-se a área de Clínica (73%; $n=44$), Avaliação Neuropsicológica (33,3%; $n=20$), Jurídica (23,3%; $n=14$), organizacional e do Trabalho (23,3%; $n=14$), Avaliação Pericial no Trânsito (21,7%; $n=13$), Manuseio e Registro de Armas de Fogo (21,7%; $n=13$) e Hospitalar (8,3%; $n=5$). Cabe destacar que 62,7% ($n=37$) dos participantes apresentam curso de especialização *Lato Sensu* na área de Avaliação Psicológica e os demais (37,3%, $n=22$) ainda não apresentam esta formação. Destaca-se a importância de uma boa formação, que inclusive requer um investimento contínuo, diante das transformações sociais, científicas, metodológicas e legislativas em relação às demandas, dos instrumentos que se atualizam quanto aos estudos de evidências de validade, assim como a necessidade de compreensão do contexto que este serviço está sendo realizado.

Cabe ressaltar que a necessidade da elaboração de documentos está presente em todas as modalidades de Avaliação Psicológica, assim como nos contextos, seja na Clínica, Trânsito, entre outros, por se tratar de uma prestação de serviços psicoló-

16 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). IBGE | Portal do IBGE | IBGE

gicos, conforme orienta a Resolução CFP n. 06/2019 (CFP, 2019)¹⁷, assim como o registro documental dos atendimentos (Resolução CFP n. 011/2009).

Para conhecer a percepção das/os psicólogas/os quanto a disponibilidade de participação em encontros de orientação na área e qual modalidade ficaria mais viável, constatamos que a modalidade on-line (53, %, $n=32$) atenderá melhor a categoria, em seguida da híbrida (25%, $n=15$) e presencial (21,7, %, $n=13$).

São muitos os desafios que as/os psicólogas/os vivenciam na prática da Avaliação Psicológica, mas com o período pandêmico outras demandas surgiram, a exemplo, realizar o processo de Avaliação Psicológica mediado pelas Tecnologias da Informação (Noronha et al., 2021)¹⁸, necessidade de testes psicológicos com estudos de equivalência para aplicação remota, além da Ação Indireta de Inconstitucionalidade - ADI julgada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, que autorizou o acesso da população a comercialização dos testes psicológicos (Zanini et al., 2021)¹⁹.

A partir da percepção das/os/ psicólogas/os que atuam com avaliação psicológica no estado do MS, verificamos que os principais desafios estão relacionados com: 1)valorização da área da Avaliação Psicológica pela sociedade, na legislação nacional, pelas instituições e quanto alguns procedimentos realizados atualmente que ainda podem ser frágeis; 2) mais acesso aos cursos de formação na área; 3) acesso da população geral aos instrumentos, inclusive com materiais disponibilizados na internet, o que compromete a avaliação compulsória; 4) desvalorização profissional e discrepância nos valores praticados diante da prestação de serviços das(os) psicólogas(os) no MS; 5) algumas fragilidades na qualidade na prestação de serviço.

Vale destacar que a baixa adesão das/os psicólogas/os a proposta do levantamento de dados, diante do número de psicólogas/os inscritas/os no CRP14/MS, assim como o número de profissionais

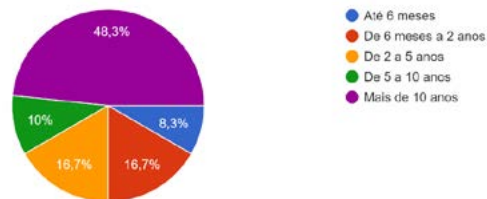
17 Conselho Federal de Psicologia. (2019). Resolução CFP n.º 06/2019, de 29 de março de 2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP n.º 15/1996, a Resolução CFP n.º 07/2003 e a Resolução CFP n.º 04/2019. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>

18 Noronha, A. P. P., Resende, A. C., Oliveira, K. L. de., Muniz, M., Reppold, C. T. (2021). Os impactos da Ação Inconstitucionalidade nº 3481 na Psicologia e na Sociedade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41 (spe1). E252730. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003252730>

19 Zanini, D. S., Reppold, C. T., Muniz, M., Noronha, A. P. P., Rueda, F. J. M. (2021). Por Que Regulamentar o Uso e Acesso aos Testes Psicológicos? *Avaliação Psicológica: Revista Interamericana de Avaliação Psicológica*. 20 (3) <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2021.2003.22437.13>

Gráfico 1 – Tempo de atuação na área da Avaliação Psicológica

Há quanto tempo atua na área da Avaliação Psicológica?
60 respostas



Fonte: Comissão de Avaliação Psicológica CRP14/MS (2023)

Tabela 1 – Temas indicados pelas(os) psicólogas(os) enquanto necessidades de orientações

Temas	N = 60
Avaliação neuropsicológica	50% ($n= 27$)
Avaliação para Manuseio e Registro de Armas de Fogo	50% ($n= 27$)
Elaboração de documentos	46,3% ($n= 25$)
Registro documental	33,3% ($n= 18$)
Perícia Psicológica	33,3% ($n= 18$)
Avaliação para Concursos Públicos	37% ($n= 20$)
Orientações para entrevista de devolutiva	25,9% ($n= 14$)
Avaliação Pericial no Trânsito	11% ($n= 11$)

Fonte: Comissão de Avaliação Psicológica CRP14/MS (2023)

que atuam na área de avaliação psicológica, foi uma variante que chamou a atenção nesta pesquisa. Estes dados podem estar relacionados com uma série de fatores, porém, acreditamos que ainda há receio da categoria em se identificar e expor as suas percepções. Todavia, estamos certo da importância de aproximação, acompanhamento e suporte do Conselho Regional com as/os/ profissionais visando melhores práticas a partir destas.

Por fim, os dados apresentados irão contribuir para o planejamento das futuras ações que serão oferecidas pelo CRP14/MS, para alcançarmos maior adesão da categoria e efetividade das propostas que visam atender as necessidades dos profissionais e contribuir para que a sociedade sul-mato-grossense seja melhor atendida nas demandas de avaliação psicológica.

A IMPORTÂNCIA DA TERAPIA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO PARA A SAÚDE MENTAL DE PESSOAS TRANSGÊNERO

Comissão de Gênero e Diversidade Sexual

Nick Brito Zanoni (Membro da Comissão), João Fernando dos Santos Vilela (CRP14/08098-1)

O processo de transição de gênero pode ser uma jornada difícil para pessoas transgênero, pois é influenciado por fatores internos e externos, o que pode trazer ainda mais sofrimento, considerando que vivemos em uma sociedade que produz transfobia através de “políticas de morte”, as necropolíticas. A Terapia de Afirmação de Gênero (TAG) auxilia no autoconhecimento, aceitação e expressão da identidade de gênero. A TAG ajuda a pessoa transgênero a se aceitar e a lidar com as dificuldades da transição, como mudanças físicas, aceitação social e desafios profissionais, educacionais e em demais multidimensões, auxiliando na promoção de saúde mental e qualidade de vida.

É inclusive reconhecida e recomendada pelo Conselho Federal de Psicologia, sendo citada na Nota Técnica 01/2021 (CFP) “recomenda-se Psicoterapia Afirmativa que inclui (a) aceitação; (b) evitar a criação de estigmas voltados ao comportamento sexual da pessoa atendida e (c) buscar o aumento de sua compreensão sobre seus sentimentos e valores, com consequente integração de sua orientação sexual aos outros aspectos de sua vida”.

De acordo com pesquisa do Grupo Gay da Bahia (GGB) em 2021, pessoas trans enfrentaram altos índices de discriminação e violência, e os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul registraram índices acima da média nacional (1,28), em casos de violência contra pessoas trans em comparação ao ano anterior e outros Estados.

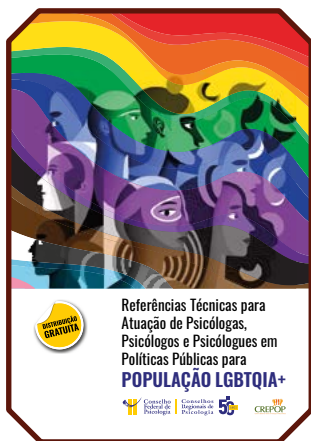
O recorte territorial alerta para uma cultura de violência em MS marcada por atravessamentos históricos de valores conservadores e influenciados pela relação com a propriedade privada. Uma violência que se desenha sobre as minorias, desde as populações indígenas nos territórios rurais, avançando sobre a questão de gênero nos territórios urbanos, desde sua manifestação contra a mulher o que levou o Estado a receber a primeira unidade da Casa da Mulher Brasileira, se alastrandando também para a violência contra a população

LGBTI+, como exemplificam os números do Atlas da Violência (2020) e do Dossiê 2021 de Mortes e Violências LGBTQIA+ no Brasil colocando o Mato Grosso do Sul como um dos Estados mais violentos do país para pessoas LGBTQIA+, registrando 3,17 homicídios de por milhão de habitantes.

É crucial que as/os/les psicólogas/os/ues sejam respeitadas/os/es e tenham ética durante os atendimentos com pessoas trans. Isso inclui o uso correto do nome e pronome preferido da pessoa, o respeito à sua identidade de gênero e a não patologização da transexualidade. Profissionais da psicologia devem estar cientes de suas próprias crenças e preconceitos em relação à diversidade de gênero e sexualidade e buscar educação e treinamento para lidar com essas questões de forma adequada. O respeito, ética e a escuta são fundamentais para garantir um atendimento justo e acolhedor às pessoas trans.

A carta de propostas das/os/les conselheira/os/es trans do Conselho Federal de Psicologia busca garantir os direitos das pessoas trans, promovendo espaços de cuidado para sua saúde mental

e física, além de fomentar a participação de conselheiras/os/es trans em espaços de controle social. Virgínia Guitzel, poetisa trans, diz que se é importante viver plenamente com orgulho da luta da vida, carregando em si cada uma das vítimas trans, cada camarada amiga, cada verso que descobre a escrita e grita: “A travesti também quer fazer poesia.”. A TAG é uma ferramenta importante, mas é necessário que o sistema de saúde e os conselhos de psicologia, assim como, todas/os/es profissionais estejam preparadas/os/es para atender às necessidades específicas das pessoas trans. A luta pela justiça social e pelo respeito à diversidade deve ser incansável, assim como as próprias pessoas trans, que existem, resistem e são imparáveis, como afirmou a ativista trans Juno Mac.



Em 2023 o CREPOP lançou as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+

A CONSTRUÇÃO DO LIVRO HISTÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA PSICOLOGIA EM MATO GROSSO DO SUL - VOLUME I E A IMPORTÂNCIA DE REGISTROS HISTÓRICOS DO ESTADO

Comissão de Memória da Psicologia

Renan da Cunha Soares Junior (CRP14/02715-9), Rodrigo Lopes Miranda (CRP1406483-6), Jaqueline de Andrade Torres (CRP14/06193-6), Gabriela Pereira da Silva (CRP14/08772-7)

A Comissão de Memória da Psicologia foi instituída a partir da 373ª Sessão Plenária do Conselho Regional de Psicologia 14ª Região - MS (CRP14/MS) durante a posse do X Plenário (2022-2025), como uma proposta da gestão de estabelecer a História da Psicologia como uma de suas prioridades. A comissão surge como um desdobramento do antigo Grupo de Trabalho (GT) de História da Psicologia criado durante o IX Plenário (2019-2022), que devido ao trabalho realizado durante as comemorações dos 25 anos do CRPMS e dos 60 anos da regulamentação da profissão, passou a ter maior destaque e investimento.

O objetivo da comissão é realizar atividades que congreguem raízes históricas e institucionais da Psicologia no Mato Grosso do Sul, articulando e estimulando o registro, o estudo e a preservação da memória regional da Psicologia.

É nesse sentido que, em 2022, ano que marcou os 60 anos da regulamentação da Psicologia como profissão no Brasil, a partir da Lei nº 4.119/62, surgiu a proposta da construção do livro História e Memória Institucional da Psicologia em Mato Grosso do Sul - Volume I. A proposta foi reunir verbetes que apresentassem a constituição de instituições da Psicologia no estado, que nessa primeira edição foram convidados todos os cursos de graduação e também Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Psicologia que já tivessem formado turmas.

O objetivo do livro foi identificar, descrever e caracterizar instituições de ensino superior (IES), públicas e privadas, que contribuíram para o desenvolvimento científico-profissional da Psicologia em Mato Grosso do Sul, desde a década de 1960, de modo a registrar a História da Psicologia no estado, desde a regulamentação da profissão no Brasil até o momento atual.

Foi possível reunir relatos da construção do curso de graduação em Psicologia de oito IES, um Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, além do próprio CRP14/MS. As IES que contribuíram para construção da obra foram: Uni-

versidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Pantanal, Paranaíba e Cidade Universitária; Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP); Anhanguera Dourados; Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS); e UNIGRAN Capital. As instituições com cursos de Psicologia que foram convidados e não puderam colaborar nesse primeiro volume e também os cursos no estado que ainda não formaram turmas, serão contemplados em edições futuras.

O evento de lançamento do livro História e Memória Institucional da Psicologia em Mato Grosso do Sul - Volume I ocorreu em dois momentos. No dia 05 de julho de 2023, foi realizado evento no Plenário Edroim Reverdito na Câmara Municipal de Campo Grande com a participação dos organizadores do livro Renan da Cunha Soares Junior, Rodrigo Lopes Miranda, Jaqueline de Andrade Torres, Gabriela Pereira da Silva, além do vice-presidente da Sociedade Brasileira de História da Psicologia e autor do prefácio, Filipe Degani-Carneiro, e Celi Correa Neres (CRP14/01012-0), psicóloga e personagem importante para a Psicologia do MS.

Em parceria com o Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Psicologia (GEPeHP), foi realizado no dia 06 de julho de 2023 o lançamento no evento intitulado "Que história é essa? Mulheres na construção da Psicologia". Participaram da roda de conversa a psicóloga Giovana Barbieri Galeano (CRP14/09016-3) e Filipe Degani-Carneiro, tendo como mediadora a psicóloga Roberta Garcia Alves (CRP14/08067-2).

Mais atividades da Comissão previstas, como uma próxima edição do livro, com verbetes de outras instituições e memórias pessoais de figuras importantes para a Psicologia no estado, além de atividades sobre os 50 anos do Sistema Conselhos de Psicologia, com a comemoração em 2023 dos 50 anos do Conselho Federal de Psicologia e em 2024 dos Conselhos Regionais de Psicologia da 1ª à 7ª regiões.





AS ALIANÇAS DEMOCRÁTICAS DA PSICOLOGIA NAS LUTAS ANTIRRACISTAS

Núcleo de Psicologia e Relações Raciais - Comissão de Direitos Humanos

Giovana Barbieri Galeano (CRP14/09016-3), Jaqueline de Campos Rojas (CRP14/05822-6), Beatriz Rosalia Gomes Xavier Flandoli (CRP14/00192-0), Flávia Pedrosa de Camargo (CRP14/04566-0), Vanilce Farias Gomes (CRP14/08623-6), Norma Celiane Cosmo (CRP14/08623-6)

Neste número da Revista Hingá 14, o Núcleo de Psicologia e Relações Raciais - NUPSIR busca discutir a produção de alianças democráticas da Psicologia nas lutas antirracistas. Trata-se de uma temática fundamental no âmbito das relações raciais, dado que para avançar na operacionalização de justiça social, práticas equitativas e igualitárias e enfrentamento às diversas violências é imprescindível que nossas alianças tensionem o espaço democrático que tem sido constituído, também, pelas diversas frentes da Psicologia brasileira, especialmente, no que concerne às lutas antirracistas.

Nesse aspecto, é fundamental destacar as atividades empreendidas pelo NUPSIR que têm permitido promover a reflexão sobre as práticas profissionais da psicologia no enfrentamento ao racismo e às lógicas da branquitude que constituem, no Brasil, os dispositivos sistemáticos de produção de subjetividade, qualificação e hierarquização das existências e distribuição das violências.

Dentre as atividades realizadas pelo Núcleo, temos apostado em eventos online na modalidade de rodas de conversa, além do Cine Clube para fomentar debates sobre racismo, discriminação racial, preconceito e presentificação da filosofia e cultura Africana na constituição do Estado brasileiro. Uma estratégia essencial para realização de alianças têm sido as buscas por parcerias com instituições de Ensino e profissionais que atuam nas diversas áreas da psicologia.

As programações para a Semana da Consciência Negra têm sido articuladas no sentido de reflexão sobre as lutas dos Povos Africanos da Diáspora contra o preconceito, discriminação, garantia de direitos, mas, fundamentalmente, pela produção e divulgação da potência da história, cultura e das filosofias

africanas (nas suas multiplicidades) no passado e presente brasileiros em suas diversas dimensões: ritos, linguagem e processos político-sociais.

É fundamental destacar que falar em alianças democráticas implica tensionar as instituições cotidianas que produzem lugares e saberes. Assim, a democracia não é compreendida de maneira romantizada, pelo contrário: é compreendida como o espaço do embate e da possibilidade de tensionamento crítico, especialmente, da branquitude que opera enquanto uma lógica que impede, inclusive, a racialização da população branca brasileira relegando às populações não brancas a função de discutir relações raciais. Ou seja, nossa luta democrática no âmbito das relações raciais é também na direção de tensionar o lugar de privilégio (concreto e simbólico) ocupado pelas pessoas brancas em um país estruturado no racismo fenotípico. Maria Aparecida Silva Bento (2014, p. 25) define branquitude enquanto os “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento”, destacando problemáticas como o aparecimento do branco enquanto modelo universal de humanidade.

Portanto, é frente a essa modalidade de organização das relações raciais brasileiras que o NUPSIR tem se dedicado a problematizar o modo como as psicologias criam enfrentamentos às diversas formas de epistemicídio, trazendo para as discussões referências teóricas e metodológicas que possam enegrecer a psicologia, questionar as supostas formas hegemônicas de escuta nos âmbitos em que a psicologia se faz presente enquanto ciência e profissão: nas políticas públicas, nas práticas clínicas e nas organizações, dentre outros campos.

CREPOP: TERRITÓRIO DE PRODUÇÃO DE PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP

Krisley Amorim de Araujo (CRP14/08060-9), Jamile Duailibi de Jesus (Estagiária)

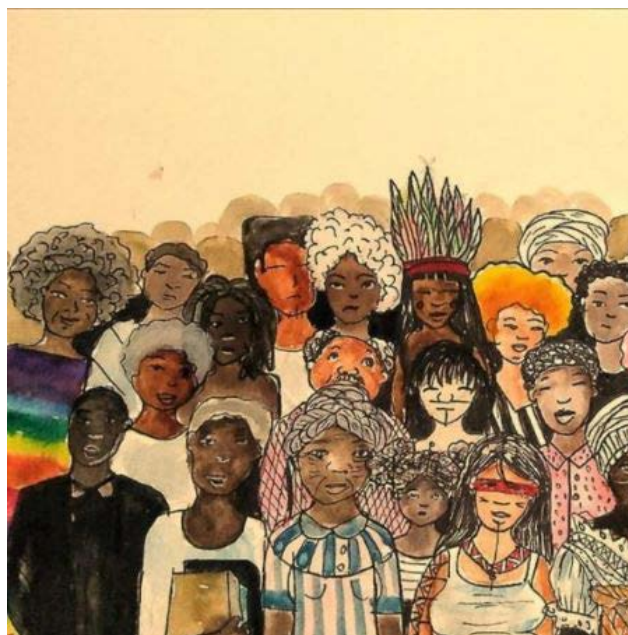
Historicamente, nos 60 anos da Psicologia no Brasil, é recente a discussão e articulação da Psicologia nas Políticas Públicas. Com a promulgação da Constituição de 1988, movimentos populares em busca de garantia de direitos e cidadania, Reforma Psiquiátrica e com o fortalecimento da Psicologia Social na América Latina, uma série de serviços e equipamentos públicos foram sendo criados para atender as necessidades sociais, de saúde, segurança, educação, trânsito, assistência social, habitação e cultura da população. Compreendeu-se, então, que as Políticas Públicas enquanto serviços, programas e ações, representam um território vivo, plural, complexo e, quando falamos de território, não nos fechamos a uma unidade geográfica, mas ampliamos o conceito enquanto espaço de relações sociais, vivências subjetivas, modos de vida, trocas materiais e simbólicas.

A Psicologia passou a ocupar novos espaços de atuação, que requerem práticas profissionais alinhadas com uma perspectiva coletiva, comunitária, social e política, a fim de compreender as dimensões subjetivas dos processos sociais e colaborar com o acesso aos direitos básicos. Ao mesmo tempo, a ciência psicológica precisou ser repensada, a fim de atender às mudanças políticas e sociais e, a partir disso, o Sistema Conselhos identificou a necessidade de produzir subsídio teórico-prático para a atuação da Psicologia, a partir da realidade vivenciada pelas profissionais dentro das diferentes Políticas Públicas brasileiras. Assim, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foi criado em 2006.

Esse trabalho, de produção das práticas psicológicas nas Políticas Públicas, busca o encontro com esse território vivo, que é o cotidiano vivenciado pelas profissionais, as quais contribuem ativamente na construção das Referências Técnicas através da participação nas etapas de pesquisa. O CREPOP possui a prerrogativa de perguntar à/ ao profissional como se dá a sua prática, para a partir daí, produzir um documento articulado com a realidade de trabalho. Os documentos produzidos trazem a dimensão científica e ético-política da Psicologia, assentados na sociedade brasileira

e seus marcadores e interseccionalidades de gênero, classe e étnico-raciais que perpassam a atuação profissional nas Políticas Públicas.

Por meio disso, visualizamos então, inúmeras potencialidades quando a ciência psi trabalha junto ao território, ao convocar e engajar as/os profissionais para elaborar coletivamente as práticas psicológicas. Uma vez que esse território é cultural e social, as transformações fazem parte da sua existência e, portanto, a produção de novas práticas deve sempre acompanhar as diversas nuances desse movimento, compreendendo suas tensões, conflitos, contrariedades e dissidências, para pensar, não somente junto à categoria como também junto à população que acessa os serviços e que, por sua vez, protagonizam o cotidiano das Políticas Públicas.





PSICOLOGIA COMO ELEMENTO DA SOCIEDADE PARA A CONTINUIDADE DA CIDADANIA

Autor do texto: CREPOP - CRP 14ª Região

O Controle Social se afirma na Constituição Cidadã de 1988, com o intuito de incluir a população nas tomadas de decisão a respeito das Políticas Públicas, tanto em questões orçamentárias, quanto na fiscalização da execução e acesso para todos e, até mesmo, na participação da formulação, implementação e controle dessas políticas. Em suma, a denominada participação popular através tanto dos conselhos como de outros órgãos e/ou entidades de âmbito municipal, estadual e federal (organizações representativas), é um dos pilares da Democracia, com a manifestação da conscientização da população para participação ativa e eficaz no cotidiano das políticas públicas.

Durante a formação histórico-político brasileira, o Controle Social se estabeleceu como garantia constitucional, assegurando justiça social e assim, o bem estar de todos os usuários das políticas públicas.

Quando a Psicologia se propõe a compor o quadro de uma entidade ou órgão presentes dentro do Controle Social, ela está ocupando esse espaço apresentando-se como ciência consonante a democracia, que busca por fazer seu papel profissional de proteção à vida, à saúde, ao acesso aos direitos, à equidade para toda população, segundo a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS, 2016 – Conselho Federal de Psicologia).

Nestes termos, ultrapassa sua “neutralidade aprendida nos bancos das universidades”, reformulando seu papel de atuação como participativo nas políticas públicas, reafirmando sua base na Carta Universal dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988 e Código de Ética Profissional, assumindo o lado da democracia no seu fazer, garantindo o acesso da população, com a participação da população nas tomadas de decisão inerentes ao exercício de Políticas Públicas como as de Saúde, de Educação, de Assistência Social, e garantindo assim a qualidade e a gestão dos serviços e o acesso à universalidade, principalmente à população mais vulnerável, que vivenciam a “inclusão excludente” e que é a mais deficitária desse acesso.

A representatividade da Psicologia nos espaços de controle social, garante à categoria a oportunidade de continuar a escrever a história da profissão, lado a lado com a história da própria população brasileira, uma vez que tem como público alvo todos as/os cidadãos/os. Com o intuito de conscientizar sobre a importância desta ação, para que situações do passado não se repliquem, e que seja desenvolvido em toda a consciência do poder da ação e atuação de cada uma.

Afinal, é por meio do Controle Social que as Políticas Públicas podem concretizar seu papel final de garantir o acesso aos direitos inerentes à pessoa humana.



UM NOVO TERRITÓRIO PARA UMA NOVA PSICOLOGIA

A noção de território que hoje atravessa as ciências humanas e é abraçada pela Psicologia Social como uma lente para compreender processos e relações entre pessoas, instituições, cultura, normas, pertença dentro de uma determinada delimitação nasce da geografia de Milton Santos a partir do olhar sobre a ação de sujeitos concretos sobre o espaço como condição de realização. Dessa forma, parafraseando Santos, o território só pode ser entendido de acordo com o uso que se faz dele, indo além da simples dimensão física, implicando a questão do seu sentido existencial.

Trazer o conceito de território para abrir um texto cujo tema é apresentar a nova sede do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP14/MS) é anunciar o compromisso do X Plenário com a Psicologia do Estado. É compreender as implicações que residem sobre um projeto que vai ocupar um terreno de quase 1,5 mil metros quadrados.

Um projeto robusto, audacioso que narra um presente e anuncia o futuro da Psicologia do Estado. Robusto pois trata-se de um sonho antigo, compartilhado por várias gestões visionárias e que teve na criação de um GT de Acompanhamento de Projetos (2021-2022) dedicado a tirar o sonho do imaginário e trazer para uma realidade complexa dentro de uma autarquia federal que exige o máximo rigor jurídico e de transparência.

Audacioso, pois a partir da pedra fundamental lançada pelo Plenário anterior, coube a esta gestão avançar na fase de finalização de projetos e levantamento de custos e início das obras. O projeto da nova sede narra o presente por demarcar um momento muito significativo para a categoria no Estado que é a superação da marca de seis mil psicólogas e psicólogos inscritos, elevando o CRP14/MS, após mais de 20 anos, ao status de conselho de médio porte

dentro do Sistema Conselhos. Para atender todas as demandas atuais se faz necessário oferecer uma estrutura adequada, com espaços compatíveis e equipe suficiente, o que hoje, na atual sede, não é mais viável. Já no que tange ao “anunciar o futuro”, é possível

vislumbrar no projeto da nova sede a Psicologia dos próximos 20 anos. Com uma sede organizada, ampla, moderna e que suscita admiração da categoria e respeito da sociedade, sendo o que se espera de um território cunhado por Milton Santos: um espaço onde a Psicologia possa ser cuidada e

onde as psicólogas e psicólogos possam encontrar condições para

se identificarem com a profissão.



Imagem do projeto

Conheça a estrutura da nova sede do CRP14/MS

- Serão 8 vagas de estacionamento;
- Sala de reuniões com capacidade 20 pessoas;
- Auditório com copa, capacidade para 47, com possibilidade de ampliação;
- 3 lavabos e 2 banheiros para funcionários;
- Almoxarifado e sala de arquivo;
- Biblioteca;
- Copa/cozinha com área de descanso;
- Recepção com capacidade para 12 pessoas;
- 10 salas: Secretaria, Biometria, Dep. Financeiro, COE, sala de mediação, COF, CREPOP, COTEC, Gerência, Diretoria.
- Teatro de arena.

MS SAI NA FRENTE COM IMPLANTAÇÃO DA NOVA CIP

O Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul – CRP14/MS, lançou em agosto a implantação para emissão da nova Carteira de Identidade Profissional (CIP) para as inscritas e os inscritos no Estado. A Nova CIP é feita em formato de cartão, conta com recurso antifraude e permite integração com outros serviços prestados pelo Conselho, como atualização de dados cadastrais e emissão de certidões e boletos, diretamente pelo titular.

A CIP é um documento de identidade oficial válido em todo o território nacional e, inclusive, pode substituir o RG. O novo documento é impermeável, feito de material plástico de alta durabilidade e o tamanho se assemelha a um cartão de crédito, ficando mais adequado para armazenar em carteira e porta-cartões. Entre as novidades a CIP traz informações que tornam o documento mais completo como declaração de Doação de Órgãos e tipo sanguíneo e fator RH.

SEGURANÇA – Ao todo a nova CIP contempla 16 itens de segurança entre eles: o guilhoche (conjunto de linhas e traços que impedem customização), microletra positiva, imagem sensível a luz UV, rosácea, fundo de segurança com íris, tinta de variação ótica OVI, fundo numismático, aplicação de QR Code e microletra negativa, entre outros.

INOVAÇÃO – O projeto da nova CIP começou a ser elaborado em 2017 com uma série de estudos e pesquisas para construir um modelo de documento que atendesse todas as necessidades da categoria, dos órgãos oficiais e permitisse integração tecnológica. Inovação faz parte desse projeto e em breve será lançada a e-CIP, a versão digital do documento que permitirá ser carregado via app nos smartphones e tablets, além do acesso ao sistema do Conselho para Certificação Digital. O sistema é semelhante ao já adotado pelo e-Título e e-CNH, com conferência de autenticidade por QR Code.

MATO GROSSO DO SUL – O CRP14/MS está entre os primeiros Conselhos a se equipar, implantar o sistema e emitir a nova CIP. O Conselho foi equipado com um kit de captura de dados que contempla um mini estúdio fotográfico, leitor biométrico, PAD para coleta de assinaturas digital, e scanner. As psicólogas e os psicólogos já inscritas e inscritos poderão solicitar o novo modelo do documento uma vez que a troca não é obrigatória. A partir do segundo semestre de 2023, será disponibilizado o cadastro e emissão para as/ os psicólogas/os de Campo Grande e quem vier até

a sede do Conselho. Já para o primeiro semestre de 2024, o CRP14/MS irá realizar atividades de interiorização para chegar até as principais regiões do Estado.

3 PASSOS PARA OBTER SUA NOVA CIP

- **Captura dos Dados:** na versão nova a foto será coletada pelo Conselho pois será impressa diretamente no documento. Nesta etapa também é coletada a biometria e seus dados cadastrais atualizados, entre eles: endereço, telefone e e-mail. Outra novidade é que a nova CIP também contempla os seguintes campos: Doador de Órgão, Tipo sanguíneo e fator RH, caso a inscrita queira fornecer essas informações (o registro é por declaração verbal).
- **Validação de dados:** Os dados serão inseridos diretamente no banco de dados digital e validados pelo setor de segurança, na sequência será emitido o boleto para pagamento. O custo de emissão é de **R\$ 87,40** por carteira.
- **Solicitação de CIP:** Após o pagamento, a empresa contratada pelo Sistema Conselhos emite o documento e em aproximadamente 20 dias úteis será entregue na sede do CRP14/MS para **retirada de profissionais que residem na capital, para as/os profissionais que residem no interior do Estado em localidade que conta com a presença de Conselheiras/os, a CIP deverá ser retirada com a/o mesma/o, em localidades que não conta com a presença de Conselheiras/os poderá ser enviada pelos correios.**





PARTICIPAÇÃO DO CRP14/MS NO IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE PSICOLOGIA - ULAPSI



Nos dias 13, 14 e 15 de abril de 2023 foi realizado o IX Congresso Latino-americano de Psicologia – ULAPSI 2023, em modalidade presencial teve lugar na Intendencia de Montevideo e Facultad de Ciencias Sociales em Montevideu, Uruguai, o tema central do evento foi “Os caminhos de encontro da Psicologia da América Latina”.

O CRP14/MS esteve presente com a participação da Conselheira Vanessa Silva de Souza (CRP14/07450-9) discutindo Identidades e coexistências (TEMA DA FALA), bem como, a participação do Conselheiro Renan da Cunha Soares Junior (CRP14/02715-9) que a convite do Conselho Federal de Psicologia - CFP contribuiu com a discussão acerca de do sono e riscos de sinistros de trânsito.

Um dia antes do início oficial do evento, dia 12 de abril de 2023, o CRP14/MS na representação titular da Conselheira Camilla Fernandes Marques (CRP14/05662-7) esteve presente na modalidade online enquanto entidade afiliada da ULAPSI na Assembleia Ordinária, a qual foi realizada em modalidade presencial e híbrida. Assembleia teve como objetivo reunir as entidades para apresentação acerca da gestão do Conselho Executivo e Deliberativo, bem como, prestação de contas, apresentações sobre filiações e desfiliações de entidades, deliberação de uma nova constituição do Conselho Executivo e Deliberativo gestão 2023-2025, entre outros temas.

O Sono e o risco de sinistros de trânsito entre Motoristas Profissionais Brasileiros

Renan da Cunha Soares Junior

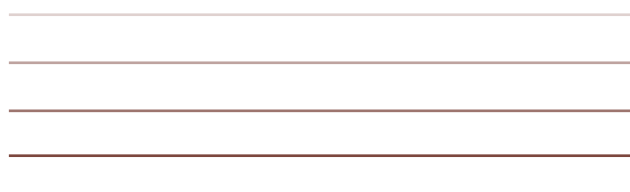
Estudos sobre fadiga ou sonolência de caminhoneiros datam de década de 1930, porém muito permanece desconhecido sobre a extensão, causas e efeitos da direção relacionada à sonolência em motoristas comerciais. Fadiga e sonolência são consideradas um grande problema, não só porque afeta o bem-estar dos condutores, mas também porque afetam o desempenho e a segurança. Foi realizada uma pesquisa com 205 motoristas de caminhão em Rodovias Federais Brasileiras. Os participantes eram do sexo masculino com idade entre 20 e 70 anos; sobre uso de medicação, 14 participantes (6,0%) tomavam remédio para dormir, 55

participantes (27,1%) tomavam remédios para ficar acordados. Sobre sonolência e acidentes, os sujeitos relataram que a duração média das horas de condução por dia foi de 13,2. Os sujeitos relataram em média terem cochilado enquanto dirigiam entre uma e duas vezes em cada viagem. A análise de regressão logística demonstrou que as chances de envolvimento em acidentes eram de 4 vezes maior para motoristas que viajaram durante a noite. Numa pesquisa com 78 Taxistas em que a maioria masculina consumia café, não houve significância na redução de sua qualidade de sono. Não se obteve um valor estatisticamente significativo para se afirmar a relação entre os hábitos de ingerir substâncias estimulantes como café, álcool e outras, assim como a prática de exercícios físicos, com uma redução da qualidade de sono em taxistas.

Identidade e suas coexistências

Vanessa Silva de Souza

Ser Indígena no Brasil é experimentar a beleza e a solidão de lutar por sua própria identidade, ser indígena e psicóloga nos torna ainda mais “solitárias” já que a luta de letramento é intensa e se dá em mínimos movimentos. A identidade indígena no Brasil é a base de um país que nasceu através da violência, e que hoje 523 anos após a invasão ainda prefere ser conhecido como o país que se orgulha de sua “miscigenação” do que entender e conhecer quem são os povos que mesmo através da dor e da violência deram origem ao país. Um grande exemplo da invisibilidade de nossas mais de 305 identidades no Brasil é o fato de que no ano que a Psicologia no Brasil comemora 60 anos de homologação de sua profissão é o mesmo ano em que é lançada a primeira referência técnica para atuação junto aos povos indígenas, esse fato histórico demonstra a resistência que uma ciência ainda branca e eurocêntrica possui a de fato olhar e ouvir as identidades, os territórios e todas as pluralidades que gritam em todos os cantos do Brasil.



CONCILIAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RESOLUTIVIDADE NA COMISSÃO DE ÉTICA

Comissão de Ética

Elize de Souza Morais (CRP1407607-2), Carolina Cavalcante Silva (CRP14/07167-2), Renato Martins de Lima (CRP14/07199-0)

O Conselho Federal de Psicologia, ao elaborar o mais recente Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n. 010/05), busca promover uma autorreflexão em cada profissional da Psicologia, no tocante a sua prática, de forma que este se responsabilize, pessoal e coletivamente, por suas ações e as consequências destas, no exercício da profissão.

Ao apurar e buscar a resolução das denúncias recebidas na Comissão de Ética (COE), o Conselho Regional de Psicologia 14ª Região - MS compreende como primordial a reparação do dano e, especialmente, a reconstrução da relação social entre as partes. Para tanto, está comprometido com a utilização de meios de solução consensual de conflitos, através de uma abordagem restaurativa, que respeita a dignidade e a igualdade das pessoas e promove o sentimento de harmonia social.

Dentro dos meios de solução consensual de conflitos, destaca-se a conciliação, onde aplica-se efetivamente como sendo um processo consensual breve, envolvendo contextos conflituosos menos complexos, no qual há um facilitador, neutro e imparcial, que auxiliará as partes interessadas a chegar a uma solução e/ou acordo, por meio de técnicas adequadas.

A conciliação, bem como os outros meios de resolução de conflitos, é concebida como um espaço

conversacional, que oportuniza o restabelecimento da comunicação entre as partes, uma resolução mais ágil e menos morosa do conflito, possibilitando que os denunciadores tenham uma reparação e que os denunciados compreendam as consequências de seus atos, tudo isso de uma maneira mais informal e pautada na confidencialidade.

As metodologias de mediação e de conciliação de conflitos são pautas levantadas pela categoria que se tornaram demandas no VII Congresso Nacional de Psicologia, fato que provocou alterações positivas junto ao Código de Processamento Disciplinar (CPD), proporcionando autonomia para que os Conselhos Regionais cumprissem as normativas, ofertando possibilidades de novas soluções diante de questionamentos acerca da prática profissional.

Território – Em Mato Grosso do Sul, o CRP14/MS está atuando de modo a priorizar a utilização de meios de solução consensual de conflitos como estratégia que visa garantir uma resolução reflexiva e célere em relação à prática profissional. Dessa forma espera-se dar maior celeridade nas representações e denúncias, situações que afligem tanto a/o profissional psicólogo/a quanto às partes denunciadas (sociedade civil, instituições, demais profissionais). Estas novas práticas também representam uma inovação tanto para a Comissão de Ética quanto para o CRP14/MS.





Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho (CRP14/00222-4), Renato Martins de Lima (CRP14/07199-0), Lidiane C. F. dos Santos (CRP14/04716-5), Nathália Amorim F. S. Nogueira (CRP14/05981-6)

O Sistema Conselhos de Psicologia foi criado pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e regulamentado pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977. A lei define que os Conselhos são dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira. Esta mesma legislação determina que a principal atribuição de um Conselho Regional de Psicologia é a de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão em sua área de competência”. Atribuição que compete também a todo e qualquer profissional estando na gestão do Conselho, ou não. Todos somos defensores da Psicologia.

Em Mato Grosso do Sul, o CRP14/MS, assim como os demais Conselhos Regionais, têm na Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) o pilar que sustenta e organiza as ações de orientação e fiscalização da instituição.

O X Plenário (2022-2025) tem priorizado suas ações de gestão com foco em aumentar a fiscalização como um instrumento preventivo e orientativo que tem como objetivo final reduzir denúncias e representações éticas, em outras palavras, fiscalizar mais significa disciplinar menos. Para isso, a COF conta com uma equipe composta por técnicas de orientação e fiscalização, que são psicólogas contratadas pelo Conselho, e Conselheiros eleitos.

A proposta do X Plenário também vislumbra a regionalização como uma força de atuação em todo o território de Mato Grosso do Sul, o que se apresenta como um desafio considerando que o CRP14/MS não conta com sucursais com equipes em outras cidades e o Estado possui uma extensão territorial grande fazendo do deslocamento uma barreira considerável. Ainda assim, estratégias para aumentar a presença da COF nas cidades, principalmente onde há maior concentração de psicólogas e psicólogos, têm sido implementadas por meio da utilização das tecnologias como atendimento por WhatsApp, e-mail e telefone. Ações de otimização de recursos e de agenda também têm sido realizadas com ações conjunta com outras atividades, principalmente realizadas pelo CREPOP. A Entrega de Carteiras de Identificação Profissional (CIP) por meios de Conselheiras e Conselheiros em cidades do interior também tem

sido oportunidades de aproximação com a categoria para atividades de orientação e fiscalização.

Nos 10 primeiros meses da gestão atual, cerca de 3,5 mil atendimentos foram realizados, o que equivale a mais de 50% dos inscritos ativos. As visitas presenciais em estabelecimentos que prestam serviço de Psicologia, consultórios, instituições de ensino e clínicas-escola, nos campos de atuação profissional nas diversas áreas da Psicologia tem crescido consideravelmente e para os próximos anos, o planejamento estratégico aponta maior investimento neste sentido como forma de prevenção a atuações profissionais em desconformidade com o Código de Ética Profissional do Psicólogo o que, na maioria das vezes, se converte em processo ético-disciplinar.

Conheça o protocolo da COF nas visitas presenciais:

- Porte obrigatório da Carteira de Identidade Profissional conforme Decreto nº 79.822/1977.
- Espaço para oferta de serviços;
- Serviços de Psicologia realizados no local;
- Manuseio e guarda de materiais psicológicos;
- Registro dos atendimentos conforme Resolução CFP nº 01/2009;
- Elaboração de documentos conforme Resolução CFP nº 06/2019;
- Testes psicológicos (manuais, protocolos, aplicação, guarda entre outros);
- Publicidade profissional (carimbo, cartão, placa, rede social) conforme o Código de Ética Profissional e Nota Técnica nº 01/2022 do CFP;
- Serviços de estágio;
- Inscrição de Pessoa Jurídica;
- Psicoterapia conforme Resolução CFP nº 13/2022;
- Realização de avaliação psicológica conforme Resolução CFP nº 31/2022;
- Demais aspectos que forem necessários considerando os atos normativos do Sistema Conselhos de Psicologia.





Fotos:
Atividades nas IES

Palestra para acadêmicas(os) do 1º semestre do curso de Psicologia da Uniderp



Campo Grande



Palestra para acadêmicas(os) do 1º semestre do curso de Psicologia da UCDB
Evento de Acolhimento de novas(os) inscricas(os) –
Palestra de Orientação

Dourados



CRP14/MS: PRINCIPAIS AÇÕES DO PRIMEIRO ANO DO X PLENÁRIO

O X Plenário do Conselho Regional de Psicologia 14ª Região - MS (2022-2025), intitulado “Psicologias, Territórios e Identidades: diálogos democráticos, garantia de direitos e equidade”, tomou posse em setembro de 2022 e desde então tem realizado diversas ações considerando os diferentes campos de atuação da Psicologia. Foram realizados eventos de orientação, reuniões de articulação política, palestras, participação em audiências públicas, representações no controle social, *lives*, entre outras. Veja algumas das principais ações realizadas neste primeiro ano de gestão do X Plenário!

Psicologia e Esperança para Todos, marca posse da nova gestão do CRP14/MS

Com palavras de esperança de Paulo Freire, o novo presidente do CRP14/MS Walkes Jacques iniciou seu discurso de posse, em solenidade no último dia 23 de setembro. Ele lembrou os desafios enfrentados no Brasil desde 2020, com o início da pandemia de Covid-19, e as consequências das violações de direitos contra populações em situação de vulnerabilidade social e sofrimento ético-político. Destacou o desafio atual da categoria de lutar para que toda a população tenha acesso a serviços de psicologia de qualidade.

CRP14/MS realiza campanha de doação de sangue “Psicologia: cuidar que corre nas veias”

O Compromisso Social a Psicologia passa pela prática do verbo cuidar. Por isso, em novembro o CRP14/MS com apoio do Hemosul e dos cursos de graduação em Psicologia realizaram a campanha de doação de sangue “Psicologia: cuidar que corre nas veias”. O objetivo foi sensibilizar as psicólogas(os), acadêmicas(os) de psicologia e sociedade em geral a contribuir com o estoque de bolsas de sangue do Hemosul que recebe aumento da demanda neste fim de ano.

CRP14/MS comemora a sanção da Lei Municipal de Saúde Mental em Campo Grande

No dia 13 de janeiro foi sancionada a Lei Municipal de Saúde Mental que visa estabelecer diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial para Pessoas Acometidas de Sofrimento e Transtorno Mental no Município de Campo Grande. Em reunião realizada com o presidente do Conselho Regional de Psicologia – CRP14/MS, Walkes Jacques Vargas, Márcio



Godoy, Paulo Carvalho e o vereador Dr. Victor Rocha (PP) foi definido que a realização de uma audiência pública para repercutir de forma estadual e nacionalmente a importância dessa lei, e acompanhar as próximas ações para verificar as necessidades da sociedade campo-grandense.

CRP14/MS participa de debate sobre a rede de proteção às crianças e adolescentes na Capital

O presidente do CRP14/MS, Walkes Jarques Vargas, participou de Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Campo Grande, para discutir a rede de proteção às crianças e adolescentes em Campo Grande.

A Audiência foi convocada pelo vereador Coronel Villasanti, presidente das comissões permanentes de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Segurança Pública, e da vereadora Luiza Ribeiro, presidente da Comissão Permanente de Políticas e Direitos das Mulheres, de Cidadania e Direitos Humanos. Walkes Jacques Vargas, disse que lamentava a convocação da audiência pública, em virtude do caso da menina Sophia ter ganhado os noticiários no Brasil.



CRP14/MS juntamente com outros 19 parceiros realizaram a I Semana da Luta Antimanicomial e o III Encontro do Cerrado

O Conselho Regional de Psicologia 14ª Região - MS em parceria com 19 outras instituições construíram de forma coletiva e interinstitucional a I Semana da Luta Antimanicomial de Mato Grosso do Sul e III Encontro do Cerrado com o tema "É preciso estar atento e forte". O evento teve como objetivo fortalecer o chamado da categoria para a reflexão sobre o cenário atual das políticas de saúde mental e para a necessidade de retomada do processo de reconstrução e superação dos retrocessos. Foi pensado a partir do dia 18 de maio, data que marca a mobilização dos estudantes, profissionais da área de saúde mental e usuários de serviços para discussão de temáticas relacionadas à Reforma Psiquiátrica e à Luta Antimanicomial.

O evento ocorreu entre os dias 15 à 18 de maio em diferentes instituições. Os números do evento demonstram o resultado do esforço coletivo: foram 37 palestrantes/componentes de mesa, 03 oficinas, 02 minicursos, 02 palestras, 09 mesas, oficinas, 04 apresentações artísticas, 01 caminhada, 01 assembleia geral, 15 autoridades presentes, 389 participantes, 207 profissionais inscritos e 613 acadêmicas/os, 35 horas de eventos em 06 locais diferentes, 56 pessoas envolvidas na organização, 299 visualizações em 06 transmissões ao vivo.

Um marco para esta semana foi a Passeata cultura da Luta Antimanicomial realizada no dia 18 de maio, saindo da Praça do Rádio Clube e indo até a Praça Ary Coelho, mobilizando entidades, serviços públicos, usuários, profissionais e acadêmicas/os em uma celebração da liberdade e em prol da garantia de direitos dos usuários da Saúde Mental. Além disso, no dia 19 de maio foi realizada Assembleia em que foi criado o Fórum Sul-matogrossense da Luta Antimanicomial para ações como esta tenham continuidade.

Fizeram parte da organização do evento as seguintes instituições: Conselho Regional de Psicologia 14ª Região - MS, Liga Acadêmica em Psicologia da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, Residência Multiprofissional em Saúde Mental, Rede de Atenção Psicossocial do Mato Grosso do Sul, Projeto Reintera, Fórum Sul-matogrossense de Estudantes de Saúde Mental, Gerência de Atenção Primária à Saúde, Faculdade Insted, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Uniderp, Anhanguera, Universidade Católica Dom Bosco, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Facsul, Unigran Capital, Grupo Laços e Liga Acadêmica de Saúde Mental em Enfermagem.



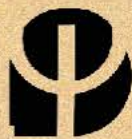


CREPOP realiza projeto de interiorização chamado CREPOP Itinerante

O Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP do CRP14/MS tem realizado eventos nas principais regiões do estado com o objetivo de interiorização das ações sua consolidação do CREPOP como setor estratégico no âmbito da Psicologia e Políticas Públicas. Os eventos tiveram como intuito desconstruir o formato clássico e unilateral dos eventos de palestrante-ouvinte, com uma proposta de diálogos coordenados com profissionais para mediar as discussões que atuam com as temáticas propostas pelo grupo de psicólogas (os) da região.

O município de Ponta Porã recebeu o primeiro evento, chamado de CREPOP Itinerante - Diálogos Coordenados CREPOP: Políticas Públicas e Interseccionalidades no dia 26 de maio com a temática "Autolesão, Suicídio e Pósvenção". Dourados foi o segundo a receber o evento em 20 de junho, com o tema "Violências e Violações de Direitos". Em 20 de julho, foi a vez de Corumbá sediar o evento com a temática "Proteção Integral de Crianças e Adolescentes". Já em Três Lagoas o evento discorreu sobre "Infâncias e Juventudes" no dia 28 de julho.





**Conselho
Regional de
Psicologia**
14ª região • MS